

Amazons em Tempo  
30/8/96 Pg A3  
210

Editora: Francisco Pacifico  
Fone: (092) 625-4141 - Ramal 29  
Fax: (092) 625-2021

Amazonas Em Tempo  
Manaus  
sexta-feira, 30 de agosto de 1996

A/3

# Primeiro Plano

Carta ao Presidente

## Pacote ecológico prejudica Amazonas

Estado possui maior patrimônio ecológico conservado do planeta, com uma taxa de desflorestamento menor do que 1,5%

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), em Conjunto com a Federação do Comércio e a Federação da Agricultura, se posicionou, ontem, contra qualquer ação policial que proíba atividades vocacionais e tradicional da região amazônica, "em bases racionais e sustentáveis" por entender que isso possa gerar o desequilíbrio no relacionamento do binômio homem e meio ambiente.

Assinada pelos três presidentes das entidades representativas dos empresários, José Nasser, da FIEAM, Roberto Tadros, da FECEAM e Eurípedes Lins, da FAEAM, foi elaborado um documento endereçado ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Os empresários amazonenses questionam "Por que existir diante

tudes correlatas "pois ostentam, com orgulho, que seu Estado possui o maior patrimônio ecológico conservado, em nível planetário, com uma faixa de desflorestamento menor que 1,5%", observa a carta.

Eles defendem uma opinião consensual de que a manutenção e a conservação deste seu magnífico patrimônio de recursos naturais e tecnológico na região; e da disponibilidade de alternativas econômicas, com largos reflexos sociais". E advertem que os investimentos na formação de recursos humanos, na busca do conhecimento científico e tecnológico, efetivo, bem como os estímulos às atividades vocacionais e tradicional, em bases racionais e sustentáveis, devem preceder qualquer ação regulatória e policial.

Para os empresários o meio ambiente do Amazonas, presentemente, exposto em bases razoavelmente sustentadas e conservadas. E hoje, o que preocupa os amazonenses são alguns aspectos da vida humana, como as populações que catam lixo, em busca de alimentos, as condições habitacionais sobre os rios e igarapés urbanos, o desemprego crescente pelas alternativas econômicas cercadas, além da prostituição, violência, associadas no narcotráfico, ao desrespeito à vida e ao patrimônio das pessoas, e outras delinquências sociais.

O documento da FIEAM enu-

meramente exemplos palpáveis e flagrantes da ação do Estado, "que se revela menos encorajador e mais ineficaz" para o equilíbrio do desenvolvimento econômico-social e meio ambiente. Um desses exemplos citados são os con-



**Alerta**  
José Nasser preocupado com a degradação humana no interior

remanescentes. De onde se conclui que ficarão disponíveis para o desfrute das populações apenas 10% da área física do Estado", deduzem os empresários.

O documento enviado a FHC também alerta que a interdição de três rios no Alto Solimões, pela FUNAI/IBAMA/Polícia Federal, bloqueará o contato do homem, que habita o interior dos canais fluviais com a sociedade, com os agentes econômicos e com os supridores de mantimentos e gêneros de primeira necessidade. "O que esperar dessa ação? Desocupação da região ou a flagelação das populações?", questiona o documento.

Segundo os empresários, ao invés de estimular a parceria dos empresários locais e os madeireiros asiáticos, possuidores de capitais, tecnologia e fração de mercado, sob as regras da legislação brasileira - interessados em se instalar na Amazônia, - o governo optou por contratar 150 fiscais para o Ibama.

Finalmente o documento questiona qual será o destino do produto das apreensões feitas pelo Ibama. Isto é, 2.500 metros cúbicos de madeira em tora do Rio Purus; lacramento das duas madeiras em Boca do Acre; 348 metros cúbicos de madeira laminada para exportação no Acre; e 2.700 metros cúbicos de cedro de Benjamin Constant.

Ao fim do documento, os empresários do Amazonas observam que sua ação tem por objetivo mostrar o outro lado da Amazônia que poucos brasileiros conhecem. "Esperamos que, por dever histórico, os empresários do Amazonas tenham oferecido ao Governo do Brasil o seu alerta e contribuição no momento certo". (MA)

### Usina de miséria

De acordo com os problemas levantados no documento dos empresários do Amazonas, de saída o pacote ecológico do governo vai acelerar ainda mais o êxodo rural, que "hoje continua sendo o principal vetor de calamidades sociais", comenta o presidente da FIEAM, José Nasser.

Segundo ele, as proibições impostas pelo governo já começaram a produzir mazelas nos municípios do Alto Solimões e Alto Madeira.

Os produtores de matérias-primas, os trabalhadores das indústrias lacradas e falidas, os emigrantes dos altos rios proibidos estão formando um grande bloco dos sem-rumo, que vagam em condições de miséria pela cidade de Benjamin Constant - comenta o empresário, lembrando que hoje até mesmo a figura do regatão, que levava alimentos e remédios para os ribeirinhos, está desaparecendo pois já navega nos "rios proibidos" temendo a ação do Ibama.

Entre as ações indutoras do êxodo rural, o documento cita a proibição das atividades econômicas em escala ambiental suportável, sem oferecer alternativas às populações nativas.

As ações do governo federal deverão ainda, segundo os empresários, favorecer a degradação humana pela falta de emprego e atividades econômicas, em contraponto às medidas mitigadoras da degradação ambiental. "É patrocinar o poder de polícia, na suposição apenas da delinquência econômica, sem avaliar o tamanho dos reflexos na delinquência humana decorrente, produzindo vítimas nas populações indefesas e carentes", lamenta Nasser. (MA)

Mas lembra que "por tradição, os empresários e os habitantes do Amazonas têm dado soberbas provas desta consciência e ati-